

INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW – IJDL
ano 03 · n. 03 · setembro/dezembro 2022 – Publicação quadrimestral
DOI: 10.47975/digital.law.vol.3.n.3

03

ISSN 2675-7087

IJDL

International Journal of
DIGITAL LAW

 **NUPED**
Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas
e Desenvolvimento Humano da PUCPR

 30
anos

FORUM

IJDL – INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW



Editor-Chefe

Prof. Dr. Emerson Gabardo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil

Editores Associados

Prof. Dr. Alexandre Godoy Dotta, Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, Curitiba – PR, Brasil
Prof. Dr. Juan Gustavo Corvalán, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Editores Adjuntos

Ms. Fábio de Sousa Santos, Faculdade Católica de Rondônia, Porto Velho-RO, Brasil
Ms. Lucas Bossoni Salkali, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Saddy, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil
Prof.ª Dr.ª Annappa Nagarathna, National Law School of India, Bangalore, Índia (Presidente)
Prof.ª Dr.ª Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Prof. Dr. Daniel Wunder Hachem, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Diana Carolina Valencia Tello, Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia
Prof. Dr. Endrius Cociolo, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha
Prof.ª Dr.ª Eneida Desiree Salgado, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Fabrício Motta, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Irene Bouhadana, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França
Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil
Prof.ª Dr.ª Luísa Cristina Pinto e Netto, University of Utrecht, Utrecht, Holanda
Prof. Dr. Mohamed Arafa, Alexandria University, Alexandria, Egito
Prof.ª Dr.ª Obdulía Taboada Álvarez, Universidad de A Coruña, A Coruña, Espanha
Prof.ª Dr.ª Sofia Ranchordas, University of Groningen, Holanda
Prof.ª Dr.ª Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil
Prof. Dr. William Gilles, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França
Prof.ª Dr.ª Lyria Bennett Moses, University of New South Wales, Kensington, Austrália

Conselho Especial de Pareceristas

Prof. Dr. Álvaro Sánchez Bravo, Universidad de Sevilla, Sevilla, Espanha
Prof.ª Dr.ª Aline Sueli de Salles Santos, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins
Prof.ª Dr.ª Carolina Zancaner Zockun, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof.ª Dr.ª Caroline Müller Bitencourt, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil
Prof.ª Dr.ª Catarina Botelho, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal
Profa. Dra. Cynara Monteiro Mariano, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Prof.ª Dr.ª Denise Bitencourt Friedrich, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil
Prof. Dr. Eurico Bitencourt Neto, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Fábio Lins Lessa Carvalho, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil
Prof. Dr. Fernando Leal, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof.ª Dr.ª Irene Patrícia Nohara, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Janriê Rodrigues Reck, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil
Prof. Dr. Josep Ramón Fuentes i Gasó, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha
Prof. Dr. Justo Reyna, Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina
Prof.ª Dr.ª Ligia Melo de Casimiro, Professora adjunta de Direito Administrativo Universidade Federal do Ceará, Brasil
Prof. Dr. Luiz Alberto Blanchet, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Marcia Carla Pereira Ribeiro, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Mário André Machado Cabral, Centro Universitário 7 de Setembro, Fortaleza, Brasil
Prof. Dr. Mauricio Zockun, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Rafael Valim, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Ricardo Marcondes Martins, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Valgas, Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ronaldo Ferreira de Araújo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

FORUM

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

IN61 International Journal of Digital Law – IJDL. – ano 1, n. 1
(abr. 2020) – Belo Horizonte: Fórum, 2020.

Quadrimestral; Publicação eletrônica
ISSN: 2675-7087

1. Direito. 2. Direito Digital. 3. Teoria do Direito. I. Fórum.

CDD: 340.0285
CDU: 34.004

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira

Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário

Contents

EDITORIAL.....	7
<i>EDITORIAL</i>	9

Cadastros disciplinados na Lei de Combate à Corrupção

Registers governed by the Brazilian Clean Company Act

Ricardo Marcondes Martins	11
1 Breve introdução	12
2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas: CNEP	12
2.1 Crítica à denominação	13
2.2 Conteúdo do cadastro	13
2.3 Portal do cadastro	14
2.4 Finalidade do cadastro e interpretação dela decorrente	15
2.5 Pressupostos para inserção no cadastro	18
2.6 Exclusão do cadastro	18
2.7 Comunicação à pessoa jurídica cadastrada	20
3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspeitas: CEIS	20
3.1 Finalidade do CEIS	22
3.2 Finalidade do art. 23 da Lei nº 12.846/13.....	25
4 Conclusões.....	26

Transformación digital de la Administración Pública. Avances y desafíos en el uso de la tecnología

Digital transformation of the public administration. Progress and challenges in the use of technology

Jaime Andrés Villacreses Valle	31
1 Introducción.....	32
2 Las tecnologías como instrumento de mejora de la gestión, respuesta y efectividad de las Administraciones Públicas	32
3 La implementación de la Administración Electrónica.....	34
4 Administración electrónica, procedimiento administrativo y su regulación en Ecuador.....	42
5 Teletrabajo	46
6 Competencias digitales y empleo público	47
7 Hacia la Administración Pública Inteligente	50
8 Inteligencia artificial y su impacto en el empleo público	53
9 Reflexiones finales	54

Estudos sobre a vigilância: do panóptico ao *big-other*

Studies on surveillance: from the panopticon to the big-other

Ana Cristina Aguiar Viana, Thiago Gomes Marcilio	59
1 Introdução	60
2 Mapeamento dos estudos da vigilância.....	61
3 Primeiro estágio dos estudos sobre vigilância: perspectiva moderna e o panóptico	63
4 Segundo estágio dos estudos da vigilância: o pós-moderno, as redes e o di-viduo	67
5 Terceiro estágio dos estudos da vigilância: impactos das novas tecnologias.....	71
5.1 A vigilância participativa e a sob vigilância.....	73
5.2 Os dados enquanto matéria-prima da vigilância	76
6 Considerações finais	81

La construcción de los derechos digitales bajo el régimen de la soberanía del Estado digital

The construction of digital rights under the regime of the sovereignty of the digital State

Nancy Nelly González Sanmiguel	85
1 La conceptualización de la soberanía del Estado dentro del derecho digital.....	86
2 La soberanía bajo el parámetro del derecho digital.....	88
3 Intermediación de accesibilidad del Estado al espacio virtual.....	91
4 La publicación de los servicios públicos	95
5 Conclusión.....	97

Nuevas tecnologías y buena Administración Pública

New technologies and good Public Administration

Jaime Rodríguez-Arana Muñoz	101
1 Introducción.....	102
2 La buena administración en la Carta Europea de los Derechos Fundamentales de Diciembre de 2000.....	105
3 La buena administración en la Carta Iberoamericana de los Derechos y Deberes de los Ciudadanos frente a la Administración Pública de Octubre de 2013.....	111
4 Ética, tecnologías y buena administración	116
5 Reflexión conclusiva	118

Razão ou esfera pública: uma proposta teórica de transparência para as decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal

Reason or public sphere: a theoretical proposal of transparency for the judicial decisions of the Brazilian Supreme Court

Wagner Vinícius de Oliveira	121
1 Introdução	122
2 A proposta de razão pública, segundo John Rawls.....	125
3 Posicionando a esfera pública segundo Jürgen Habermas	131
4 Conclusão	138

A destinação da receita de infoprodutos após a morte de seu titular	
<i>The destination of the revenue from infoproducts after the death of its owner</i>	
Ivan Guimarães Pompeu, Italo Nogueira de Moro Sergio Milanez Gomes	141
1	Introdução 142
2	Bens digitais..... 144
3	Direito Sucessório..... 150
3.1	A morte do titular dos bens digitais e a herança digital..... 151
4	A destinação da receita de infoprodutos após a morte do titular 154
5	Considerações finais 156
Administração Pública como consumidora e a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos contratos administrativos de Tecnologia da Informação	
<i>Public administration as a consumer and the applicability of the consumer protection code to information technology administrative contracts</i>	
Rafaella Queiroz Del Rei Conversani, Tais Macedo de Brito Cunha, Rod Daniel Gomes	159
1	Introdução 160
2	Definição de consumidor como pilar que sustenta a tutela especial do CDC 161
3	Estado como consumidor 163
3.1	Administração Pública como destinatária final 164
3.2	Jurisprudência do STJ 165
4	Vulnerabilidade da Administração Pública nos contratos de Tecnologia da Informação e a insuficiência das cláusulas exorbitantes nos contratos de Tecnologia da Informação..... 167
5	Considerações finais 171
SOBRE A REVISTA..... 173	
DIRETRIZES PARA AUTORES..... 175	
Condições para Submissões 181	
Política de Privacidade 182	
<i>Author Guidelines</i> 185	
Conditions for submissions 191	
Privacy statement 192	

La construcción de los derechos digitales bajo el régimen de la soberanía del Estado digital

The construction of digital rights under the regime of the sovereignty of the digital State

Nancy Nelly González Sanmiguel*

Universidad Autónoma de Nuevo León (San Nicolás de Los Garza, Nuevo León, México)
nancygonsa09@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9589-2192>

Recibido/Received: 04.03.2023/ March 4th, 2023

Aprovado/Approved: 14.03.2023/ March 14th, 2023

Resumen: Se abarca la expectativa de los derechos digitales en torno a la construcción del concepto de la soberanía del Estado dentro del ciberespacio, con el fin de ejercer su limitación así como la coercibilidad; se observan los parámetros de ubicación del Estado frente a la intermediación de los derechos digitales por la falta de avance y creatividad dentro del campo de la innovación, provocando la publicación de los servicios públicos, en específico de la tecnología, por parte del sector privado, quien actualmente posee el dominio digital de la construcción de la presencia del Estado electrónico o digital.

Palabras-clave: Ciberespacio. Derecho digital. Estado digital o electrónico. Gobierno digital. Soberanía.

Abstract: The expectation of digital rights is covered around the construction of the concept of State sovereignty within cyberspace, in order to exercise its limitation as well as coercibility; the parameters of the location of the State are observed against the intermediation of digital rights due to the lack

Como citar esse artigo/*How to cite this article:* SANMIGUEL, Nancy Nelly González. La construcción de los derechos digitales bajo el régimen de la soberanía del Estado digital. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, vol. 3, n. 3, p. 85-99, set./dez. 2022. DOI: 10.47975/digital.law.vol.3.n.3.sanmiguel.

* Catedrática de la Universidad Autónoma de Nuevo León, en la Facultad de Derecho y Criminología (Nicolás de Los Garza, Nuevo León, México). Realizo sus estudios de Doctorado en Dicha Universidad, así como realizo estudios post doctorales en la Universidad de Jaén, en Jaén España y en la Universidad Autónoma de Chiapas. Ha participado en Congresos Internacionales y Nacionales. Autores de Diversos Libros. En ámbito labores ha realizado Actividades Profesionales en Servicio Administración Tributario SAT (SHCP). Asesora en despacho Jurídico. Miembro del Colegio Nacional de Abogados Municipalistas y del Colegio Nacional de Profesores e Investigadores de Derecho Fiscal y Finanzas Pública y Miembro del Sistema Nacional de Investigadores. Líder del cuerpo Académico Administración Pública y Derecho Financiero UANL-CA-450. Miembro editora de varias revistas internacionales. E-mail: nancygonsa09@hotmail.com.

of progress and creativity within the field of innovation, causing the publication of public services, specifically technology, by the private sector, who currently owns the digital domain of the construction of the presence of the electronic or digital State.

Keywords: Cyberspace. Digital law. Digital or electronic State. Digital government. Sovereignty.

Sumario: **1** La conceptualización de la soberanía del Estado dentro del derecho digital – **2** La soberanía bajo el parámetro del derecho digital – **3** Intermediación de accesibilidad del Estado al espacio virtual – **4** La publicación de los servicios públicos – **5** Conclusión – Referencia

1 La conceptualización de la soberanía del Estado dentro del derecho digital

La tecnología es el objeto del estudio del derecho digital, al respecto se debe mirar hacia la estructura dentro de este espacio y la evolución de la concepción del Estado Social construido en base a garantizar el bienestar del particular, generando este concepto de acuerdo a las características que representaba la construcción de su fundamento en identificación de un territorio, un gobierno y una población, siendo los elementos para establecer la satisfacción de los intereses de los particulares que residen en el mismo.

La edificación del Estado Social es con la postura de Bobbio “un ordenamiento jurídico que tiene como finalidad general ejercer el poder soberano sobre un determinado territorio y al que están subordinados de manera necesaria los individuos que son parte del mismo”,² construyendo la formación del Estado bajo la posición del concepto de “soberanía”; esta posición se analizará en referencia a la posición del Estado dentro del mundo digital y la regulación que se debe examinar en el derecho digital, por tal razón se debe establecer el razonamiento hacia la organización de la estructura de los poderes.

El movimiento revolucionario en México, que culminó con la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos de 1917, proclamó las bases de la organización del Estado, trayendo la postura de un Estado constitucional social que recoge los principios que han sido manifestados en la lucha con los ideales del cambio para generar una constitución con derechos sociales y que el razonamiento es la causa de ese movimiento, el cual se logra a través de positivizar dentro de dicha normatividad.

Se marca la posición de esa corriente dentro del cambio del Estado, captando los ideales que se persiguen para generar oportunidades y condiciones dentro de los derechos sociales, y se establece la viabilidad de ejercer el poder en razón al

² BOBBIO, Norberto. *Estado, gobierno y sociedad, por una teoría general de la política*, Fondo de Cultura Económica, México, 1996, p. 128.

bienestar común, destacando la importancia de la legitimidad de la capacidad para contemplar la soberanía, término que desde la perspectiva de Luigi Ferrajoli se comprende cómo que “es el concepto, al mismo tiempo jurídico y político, en torno al cual se condensan todos los problemas y las aporías de la teoría ius-positivista del derecho y del Estado”;³ al respecto y traspasando este al derecho digital encontramos que no existe fundamentación para entender al Estado con ese poder y reconocimiento de la soberanía para señalar la necesidad que actualmente sufre la fractura y descomposición de estos elementos a causa de la revolución de la tecnología, por lo cual se deben construir los elementos necesarios para la posición del Estado en este campo y ejercer la normatividad correspondiente para dar validez y soberanía dentro del mundo virtual.

El Estado tiene una crisis de legitimidad en el proceso de la digitalización, ya que no ejerce su autoridad en ese espacio y carece de una posición frente la tendencia de la jurisdicción y el comportamiento de éste en lo digital.

Presentando el problema de la inclusión tanto en la digitalización como en la globalización y al margen de constituir su poder dentro de los espacios digitales los cuales se refieren como “al conjunto de medios y procedimientos basados en las tecnologías de la información y comunicaciones, configurados para la prestación de servicios digitales”,⁴ provocando un razonamiento de la posición del Estado y enfrentando la pérdida de control de la soberanía dentro del ciberespacio.

Desde la concepción de la relación de la soberanía con la atribución de la nacionalidad del sujeto, el cual se determina como “un vínculo jurídico basado en un hecho social de conexión, en una efectividad solidaria de existencia de intereses y sentimientos, unido a una reciprocidad de derechos y deberes”⁵ en el ciberespacio al momento de no determinar las fronteras correspondientes, aun cuando diversas convenciones tales como la Convención Americana de Derechos Humanos que dentro del artículo 20 establece ese derecho a la nacionalidad y que determina como: “1. Toda persona tiene derecho a una nacionalidad. 2. Toda persona tiene derecho a la nacionalidad del Estado en cuyo territorio nació si no tiene derecho a otra. 3. A nadie se privará arbitrariamente de su nacionalidad ni del derecho a cambiarla”;⁶ al respecto surge esta determinación al momento de no generar la limitación de fronteras dentro del espacio digital e implicando la falta de

³ FERRAJOLI, Luigi. *La sovranità nel mondo moderno*, Milán, Anabasi, 1995, p. 40.

⁴ TÉLLEZ VALDÉS, Julio A. *Lex Cloud Computing*, México, UNAM, 2013, p. 695.

⁵ CORTE INTERNACIONAL DE JUSTICIA (CIJ), *Affaire Nottebohm* (Liechtenstein v. Guatemala), Deuxième phase: arrêt, Recueil, 1955, p. 23.

⁶ ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), *Convención Americana sobre Derechos Humanos “Pacto de San José de Costa Rica”*, 22 Noviembre 1969, disponible en esta dirección: <https://www.refworld.org/es/docid/57f767ff14.html> [Accesado el 13 Agosto 2022].

este atributo para señalar los derechos y obligaciones que como sujetos de éste se deben ejercer para la regulación del control del poder.

La frontera, quedando fuera este concepto de radicar la posición del poder a quien pertenece dicho sujeto.

Ahora bien, con el fundamento del Estado con relación al territorio el cual se reconoce el poder de la soberanía del Estado para configurar los derechos y garantías de aquellos que residen en dicho lugar, al momento de pasar de examinar la postura de este elemento dentro del espacio digital no se encuentra un lineamiento, ya que no se cuenta con fronteras, estas se construyen para definir la protección de la jurisdicción de este, por tal razón se debe considerar que en el espacio digital se deben marcar las limitaciones pertinentes a pesar de generar la idea de una globalización a raíz de la factibilidad de la forma de comunicación por medio de la tecnología y de la utilización de los medios electrónicos para elaborar dicha construcción; el reordenamiento dentro de la digitalización es un punto fundamental para la posición del Estado en referencia a su soberanía y los derechos que los ciudadanos versan en relación con el Estado que radiquen.

El eje central para entender el ciberespacio es la construcción de la soberanía y otorgar dicha facultad al Estado para ejercerla a través de sus poderes de gobernabilidad, que dentro de la digitalización falta la creación de dichas características de los atributos para la construcción de la potestad de la soberanía del Estado, ya que no se determinan fronteras dado la falta de la adquisición de la nacionalidad de los sujetos en el espacio digital.

Unas de las ventajas de configurar las fronteras dentro de los espacios, ya sean territoriales, aéreos o marítimos, se enfoca en señalar el límite de las áreas para poder tener los supuestos jurídicos que se presentan dentro de este; existen hechos y actos que no pueden generar consecuencias de derecho por la falta de la conceptualización de los límites del Estado dentro del espacio digital, faltando un marco relativo y en función a la posición que la soberanía constituye el elemento fundamental para la legitimidad del Estado, es decir esta es una característica indispensable para ejercer su poder y el control de aquellos que residen y otorgan dicha delegación.

2 La soberanía bajo el parámetro del derecho digital

La importancia de establecer la división de los Estados dentro del contexto virtual, es determinar las reglas por medio del marco normativo y en referencia a la identificación del poder del sistema jurídico que se ejerce, otorgando las garantías que deben cubrir y determinar los principios que se deben respetar en el ciberespacio, a través de acuerdos entre los Estados marcar los límites de estos dentro de dicho medio, debido al contenido que se maneja dentro de la Carta de

derecho Digitales en su fracción XVI en el punto 2 señala: “El poder público autor de una actividad en el entorno digital deberá identificar a los órganos responsables de la misma”,⁷ da relevancia a la actuación de la Administración Pública pero sin enfatizar el contexto a cual corresponde.

Por lo tanto los vínculos que se crean a raíz del fortalecimiento de la estructura del Estado para generar los supuestos normativos y que suceden dentro del espacio digital que no están normados, se deben accionar hacia la postura de una reestructuración del equilibrio de las relaciones que surgen dentro del espacio digital.

El objetivo de esto es determinar y generar una cohesión en torno al desarrollo tanto social como económico y a la paridad de la globalización, pero delimitando el ejercicio de la potestad de la soberanía del Estado para afrontar las necesidades que debe reconocer frente a los usuarios del espacio digital. Por tal razón, deben existir parámetros para determinar la limitación de estos y reconocer la legitimidad, así como focalizar el concepto de soberanía dentro de los lineamientos del entendimiento de la virtualidad, contemplando la cooperación de la facilidad de ingresar dentro dicho espacio; el Estado debe tener la capacidad de ejercer la coerción que sea necesaria en la interrelación que se ha fomentado por la viabilidad del ingreso a internet y someter medidas de seguridad y protección de los nuevos conceptos que se generan a través del internet.

Dentro del contexto de la digitalización, se determina que no hay fronteras; es un espacio que no se infiere en una regulación por la falta de la construcción de este elemento fundamental para externar la soberanía de los Estados, construyendo la jurisdicción en base a limitación territorial dentro del ciber espacio y generar la planificación de los desarrollos en estos temas con los instrumentos que se desarrollen para dar la facilidad de ingreso al espacio y tener la protección del Estado para inferir en el mismo.

Se tendrá contemplar acuerdos como aquellos que emitieron en relación al espacio aéreo y marítimos que es algo que podemos observar pero no había una factibilidad para ejercer una limitación con respecto a ellos, y por medio de convenios entre los Estados demarcaron el espacio que se constituyen para el mismo sometiendo su normatividad e implica la legitimidad de la soberanía del mismo.

El ejercer la normatividad correspondiente dentro del espacio digital y rediseñar la construcción de la soberanía del Estado es la base de los elementos y principios, sin dejar de lado la salvaguarda de la condición de la dignidad de la persona, para generar el marco normativo correspondiente de los derechos digitales.

⁷ CARTA DE DERECHOS DIGITALES. *Documento para consulta pública*. Véase en: https://portal.mineco.gob.es/RecursosArticulo/mineco/ministerio/participacion_publica/audiencia/ficheros/SEDIACartaDerechosDigitales.pdf.

En la actualidad los usuarios al ejercer actividades diarias a través de los medios digitales que no están determinadas dentro de un marco normativo por el Estado no generan consecuencia de derechos por no existir un supuesto normativo, por tal razón se debe enfocar en señalar los derechos y obligaciones de las hipótesis jurídicas que se presentan en este espacio digital para formalizar las relaciones y determinar las sanciones correspondientes, así como la facultad de coercibilidad del Estado para tener un ordenamiento jurídico competente.

La limitación que hemos externado referente al territorio dentro del ciber espacio, se genera al momento de ingresar a través de un equipo electrónico o digital, con los cuales podemos ingresar vía modem el cual proporciona la conexión a la señal digital y los *routers* que ayudan a tener una mejor capacidad de lugar y por último los puntos de acceso, que son aquellos lugares que no generan conectividad, cualquier dispositivo electrónico o digital que ingrese a internet a cualquier forma del mismo, genera por medio IP (*Internet Protocol*) la configuración de la localización de lugar que se encuentra, se puede demostrar la configuración del espacio virtual y con esto organizar este aspecto en relación a la territorialidad de los Estados para constituir los elementos que marquen este cambio social hacia la determinación de las fronteras dentro del ciberespacio, marcar el límite de las políticas de la modernización hacia la gestión del uso de la digitalización y la competencia de los Estados.

Es decir, al realizar cualquier actividad a través de los medios digitales, se necesita conectar a través de un modem que permite a su vez generar dicha conectividad, la cual genera una dirección IP que deja huella de la utilización dentro de la navegación, arrojando una base de nuestro uso, por tal razón se considera que “las personas físicas pueden ser asociadas a identificadores en línea facilitados por sus dispositivos, aplicaciones, herramientas y protocolos, como direcciones de los protocolos de internet, identificaciones de sesión en forma de “cookies” u otros identificadores, como etiquetas de identificación por radiofrecuencia. Esto puede dejar huella que, en particular, al ser combinadas con identificadores únicos y otros datos recibidos por los servidores, pueden ser utilizadas para elaborar perfiles de las personas físicas e identificarlas”.⁸

Para concluir con este punto, se puede gestionar a través de la IP la localización de las fronteras dentro del derecho digital, generando la pauta para determinar la soberanía de la concepción del ciberespacio y con esto lograr denotar las características de inalienable, y generar la condición acerca de los supuestos jurídicos que

⁸ REGLAMENTO (UE) 2016/679 DEL PARLAMENTO EUROPEO Y DEL CONSEJO DE 27 DE ABRIL DE 2016, relativo a la protección de las personas físicas en lo que respecta al tratamiento de datos personales y a la libre circulación de estos datos y por el que se deroga la Directiva 95/46/CE (Reglamento general de protección de datos) (Texto pertinente a efectos del EEE) publicado en *Diario Oficial de la Unión Europea*, artículo 30.

determinen el estatuto del ingreso y demarcar el dominio de los Estados en dicho espacio, para concebir los derechos, obligaciones, deberes y garantías que los Estados deben proteger, así como la regulación, limitación y restricción a través de los tratados o convenios que se podrán ir configurando con respeto a la limitación de la soberanía de los Estados.

3 Intermediación de accesibilidad del Estado al espacio virtual

Con la transformación de la utilización de la tecnología, se determina el enfoque del objeto del estudio del derecho digital, creando una expectativa hacia la referencia de la configuración de los supuestos jurídicos en base a la estructuración del nuevo lenguaje digital, es decir ya no solamente es una expresión tácita o expresa de la manifestación de la voluntad, sino referimos a los bits que se utiliza o la forma en la que a través de las interfaces hacemos dicha expresión de aceptación dentro del mismo; es por tal razón y motivo que establecemos la yuxtaposición del Estado frente a este dominio o campo para estar presente con la relación que se ha creado y en base al establecimiento del nacimiento y las reglas que van saliendo de este necesidad.

El espectro digital esta dominando la interacción del usuario con el proceso de actividades que realizamos de manera presencial debido a las ventajas que representa, ya sea de tiempo, de rapidez o de transparencia, recordando siempre la importancia de la capacidad del hombre para determinar la solución en algún conflicto que se llegase a presentar; por tal razón, los procesos dentro de los sistemas que se manejan en partes intangibles como lo son los *softwares*, los cuales permite ingresar a la páginas electrónicas, digitales, web, plataformas digitales o tecnológicas y a través de esto van desarrollando una capacidad de generar las necesidades del usuario por medio de estadísticas y la actuación del usuario en general; por tal motivo es importante la introducción de los elementos de la construcción del Estado en dicho campo y asegurar la regulación del derecho digital.

Dando la contextualización de la transformación del concepto del Estado dentro del derecho digital y la forma de establecer los límites para permitir una coexistencia dentro del mundo digital, se analiza la capacidad de la injerencia con la intervención de su presencia a través de terceros, quienes son los que conectan a la virtualidad contraponiendo aquí la posición de la separación de derecho público y privado; por dicha necesidad nace la unificación de estos derechos para ejercer la capacidad y la facultad de como el Estado debe ejercer la relación con aquellos que permitan esa unión.

El impacto de la creación de la denominada web,⁹ ha provocado el acceso a la transferencia de datos en los servidores, permitiendo la realización de trámites de todo tipo, así como actividades comerciales, comunicación directa entre usuarios, contrataciones, entre otros procesos, adaptando la forma de ingresar a través de medios digitales, los cuales se van rigiendo por protocolos; debido a la falta de reglamentación pertinente para establecer los supuestos jurídicos y dar un ordenamiento en el que se aseguren las garantías y regulaciones de nuevos conceptos implicados tales como las criptomonedas que se consideran como un activo dentro de este medio.

Se ha transformado el derecho, el Estado y la soberanía de este, en el campo de la virtualidad; la característica de dicho movimiento es la expansión del avance de la tecnología y la implicación del uso de internet, ejerciendo parámetros no solo de comunicación con otros usuarios, sino que comenzó la era de la implicación de la presencia del gobierno de manera electrónica, hasta lo que tenemos actualmente denominado gobierno digital.

Venciendo factores adversos para llegar a este punto de no querer permitir que los dueños de los procesos, dentro de la norma jurídica de la Administración Pública, contribuyan a señalar las características que el software debería contener para transformarlo al medio digital; otro factor consiste es la brecha digital, entre la población que no ingresa a esta medio habitualmente de manera sencilla y los que no poseen los medios o conocimientos necesarios para aplicarlos, motivo por el cual el Estado, a través de la jurisdicción, debe ir acortando dicha brecha para que no existan analfabetas en este contexto social.

Ahora bien, si queremos conceptualizar la soberanía del Estado dentro del medio digital, será necesaria la instalación geográfica de la expansión de la ubicación de los aparatos tecnológicos o digitales que se utilizan, a través de los cuales determinan la posición de su configuración para ejercer la limitación hacia las barreras dentro de lo virtual, dando paso al proceso de la urbanización del uso de la tecnología y de los avances que impliquen.

La posición actual de la intervención del Estado frente la forma de interactuar al medio digital no tiene una plena autonomía, debido a la intermediación que ocupa para estar presente dentro de este campo, ya que al momento de ingresar cualquier usuario a cualquier dominio de las dependencias en México, se necesita un enlace de hipertexto que ayuda a los procesos que se encuentran dentro de

⁹ "Voz tomada del inglés *web* ('red, malla'; pron. [guéb]), que se usa en español con los sentidos siguientes: a) Como sustantivo femenino, escrito con mayúscula inicial, designa, por abreviación de la expresión inglesa *World Wide Web*, el servicio de Internet que permite acceder a la información que ofrece esta red mundial de comunicaciones". REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*, 23 a. ed., véase en <https://www.rae.es/dpd/web>.

sus páginas electrónicas, digitales, *chatboots*, plataformas, redes comunicación, es decir no tiene presencia propia dentro de la virtualidad.

La legitimización del poder del Estado se debe construir con validez y la eficacia para proceder al cumplimiento de los deberes, responsabilidades, obligaciones y derechos que tienen los usuarios dentro de su territorio virtual y dar esa confiabilidad y transparencia de sus actuaciones y de la información que recibe, para tener dentro de éste un control pertinente; pero cabe la pregunta ¿Qué responsabilidad o porque existe un tercero para la existencia del Estado dentro de la virtualidad?

La implicación de la falta de creatividad, innovación y visión del Estado para configurar las necesidades y las perspectivas del avance de la sociedad hacia la percepción de la tecnología, brindó oportunidad al avance de esta misma a través de aquellos que apostaron por el futuro y vislumbraron el impacto que tendría la conexión a distancia, siendo la iniciativa privada, en particular la académica, quien desarrollaría este medio de comunicación impulsando el desarrollo de la tecnología mediante la conformación de lo que en varios países se ha denominado como Network Information Center (NIC),¹⁰ que en nuestro país es liderado por el Tecnológico de Monterrey.

En México, el cambio de la posición de la función y gestión del Estado ha estado en crisis desde el año 1970, por lo cual empezó a otorgar la concesión para la realización de servicios públicos que le competía realizar, pero por la impericia o la falta de una buena gestión, tuvo que acceder que interviniera el sector privado para efectuar la prestación de ciertos servicios públicos, ya que de por sí aquellos que se marcaban dentro de una normatividad no podía llevarlos a cabo, menos le interesaba algo que no consideraba que fuera fundamental como lo es la tecnología, empezando ese desarrollo el área académica y el cual es quien permitió poder llevar la conexión y la interoperabilidad; lo anterior, sin duda, se considera como una falta grave hacia la planificación del progreso del desarrollo económico del país, tal como lo está siendo ahora el no determinar la soberanía dentro del espacio virtual para ejercer los supuestos jurídicos que determine la reglamentación de los derechos digitales.

El Estado en dicho periodo no asignó partidas para ejercer la innovación dentro de este campo, siendo la parte académica, en particular en el Estado de Nuevo León en el Tecnológico de Monterrey se instauraría el NIC (Network Information Center) de México, quienes tomaron el reto de construir la conexión y de determinar los procesos para la creación de los usos de los dominios ya que “es la organización encargada de la administración del nombre de dominio territorial (ccTLD, *country code Top Level Domain*). MX, el código de dos letras asignado a cada país según

¹⁰ NETWORK INFORMATION CENTER. Nic. Com véase en <https://nic.com/>.

el ISO 3166¹¹ conectaron la visión de la intangibilidad de la era digital, dando el paso de la ubicación de los dominios,¹² los cuales usarían la Administración Pública en México para generar el proceso del cambio del gobierno electrónico al digital.

Modificó el concepto al ingreso a la digitalización por medio de dominios que son obtenidos por NIC México, quien ejerció dicha facultad a través de un convenio de Registro de Direcciones de Internet para América Latina y el Caribe (LACNIC),¹³ logrando la expansión del uso del internet de la Administración Pública, surgiendo plataformas o páginas electrónicas o digitales; lo que se debe hacer es generar una reglamentación hacia la responsabilidad de los terceros que ayudan a la utilización de este medio a la Administración Pública, con respecto al control que puede ingerir en la aplicación de la permanencia del internet; así mismo lo referente a la problemática que se presenta actualmente con respecto a la continuidad del dominio de las páginas de gobierno y no provocar la baja dentro del espacio virtual, así como la responsabilidad de no ingresar dentro de dicho espacio para modificar procesos establecidos por la Administración Pública dentro de dicho espacio.

Cabe revalorar la posición entre la relación jurídica de aquellos quienes tienen el dominio y el Estado para ejercer la regulación de los supuestos jurídicos que puede implicar. Por tal razón se debe no solamente mirar hacia la funcionalidad, sino a la importancia que tuvieron al innovar y tener el nicho de esa actividad; pero la pérdida de la posición del Estado dentro de la virtualidad ha generado una falta de estructura con respecto a los límites que se han marcado en este trabajo hacia la soberanía dentro del espacio virtual con relación a los otros Estados, y la relación con aquellos que tienen el dominio del Estado para generar el espacio virtual para realizar su función o gestión pública.

El contexto actual hacia la apertura del crecimiento vertical por los clúster, quienes determinan la ubicación territorial, es un instrumento que facilita el demarcar las bases de los límites del espacio dentro de la virtualidad; con dicha estrategia podemos limitar las fronteras de los Estados para ejercer las políticas públicas correspondientes e ir a la inclusión del cambio digital referente al conformación del espacio virtual, a la categoría de los usuarios del mismo, al desarrollo de la actividad comercial con el reconocimiento de la utilización de la moneda digital

¹¹ GOMEZ-RODRIGUEZ, J., SANDOVAL-ARÉCHIGA, R., IBARRA-DELGADO, S. y FLORES-TRONCOSO, J. «IPv6 El Tiempo Ha Llegado». Difu100ci@, *Revista De difusión científica, ingeniería y tecnologías*, Vol. 10, n. 2, diciembre de 2016, p. 12-16, <http://difu100cia.uaz.edu.mx/index.php/difuciencia/article/view/57>.

¹² El reconocimiento de los derechos y el uso de nombres en el sistema de nombres de dominio de internet. informe del Segundo Proceso de la OMPI relativo a los Nombres de Dominio de Internet <http://wipo2.wipo.int> véase en <https://www.iprsonline.org/bvirtual/colec/ompidominios.pdf>.

¹³ REGISTRO DE DIRECCIONES DE INTERNET PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE (Lacnic), Uruguay 2002, recursos numeración de Internet (IPv4, IPv6). Número Autónomos y Resoluciones Inversa, véase en <https://www.lacnic.net/>.

(criptomoneda) y la formación de competencia de la Administración Pública dentro de dicho universo digital y del metaverso.

Regir el derecho digital en el contexto de la vinculación de la importancia que se debe asumir y de las implicaciones con respecto al desarrollo económico de los Estados, así como de las consecuencias jurídicas, sociales, políticas que se pueda presentar por los sujetos que intervienen dentro dicho espacio, los derechos digitales deben ampara, identificar, proteger en base a la construcción de las limitación del Estado.

4 La publicación de los servicios públicos

Tal es el caso del servicio público, que a raíz de la afectación del Estado de no generar una estructura de eficiencia y no poder brindar las prevenciones que no contemplaron, dio pie a que la iniciativa privada comenzara a tener participación de las actividades que se otorgaban como necesidades de la colectividad.

Desde la perspectiva de Sergio Valls y Carlos Matute¹⁴ con referente a la terminología de la publicación que determina aquellas actividades que eran exclusivas del Estado y que el sector privado intervine para generarlas; no se escapa de este punto el campo de la digitalización, ya que la intervención de la iniciativa privada fue inminente para ingerir en el desarrollo, debido a la falta de innovación y progreso de la Administración Pública dentro de la construcción de este universo digital.

Se han modificado las partes denominadas como áreas estratégicas, las cuales únicamente el Estado tenía control para el desarrollo económico efectivo hacia el bienestar de la comunidad; señalas dentro del precepto constitucional número 28,¹⁵ la cuales no se ejerce un monopolio, debido a la legitimidad para tener control de dicha áreas por generar la fuerza del Estado.

Al respecto el internet es considerado como un servicio público debido a que cumple con dichas características, ya que el servicio público es “ toda actividad técnica destinada a satisfacer una necesidad de carácter general, cuyo cumplimiento uniforme y continuo deba ser permanentemente asegurado, regulado y controlado por los gobernantes, con sujeción a un mutable régimen jurídico exorbitante del derecho privado, ya por medio de la Administración pública, bien mediante particulares

¹⁴ VALLS HERNÁNDEZ, Sergio y MATUTE GONZÁLEZ, Carlos, *Nuevo Derecho Administrativo*, Porrúa, México, 2020.

¹⁵ Establece “En los Estados Unidos Mexicanos quedan prohibidos los monopolios, las prácticas monopólicas, los estancos, las condonaciones de impuestos y las exenciones de impuestos en los términos y condiciones que fijan las leyes. El mismo tratamiento se dará a las prohibiciones a título de protección a la industria” artículo 28 párrafo I, Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos publicada en el *Diario Oficial de la Federación* el 05 de febrero de 1917, véase en <https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/CPEUM.pdf>.

facultados para ello por autoridad competente, en beneficio indiscriminado de toda persona”.¹⁶ Derivado de dicho concepto, queda asentando que cumple con las características para determinar que es un servicio público.

Al respecto dentro de la Ley Federal de Telecomunicaciones y Radiodifusión dentro de sus artículos 2 y 9 fracción V,¹⁷ reglamenta al internet como un servicio público, pero ahí se manifiesta que el Estado será quien tenga el dominio originario de dicho servicio, pero podrá a través de la concesión u otra modalidad, proporcionar dicho servicio; siendo como a través de la publicación de este tipo de actividades que se ha permitido el crecimiento del desarrollo económico en México.

Genera una regulación dentro de los ordenamientos, adquirir el nuevo modelo de la prestación de los servicios a través de modalidades que dejan intervenir al sector privado, tal consiste en una regulación en las normas adecuadas para que llegue al objetivo principal.

Desde este punto de vista, podemos manifestar en el campo del derecho digital, que el régimen jurídico del Estado ha perdido su fuerza dentro del eje central de otorgar la prestación de los servicios, marcando una tendencia hacia el dominio de la iniciativa privada, pasando a ser un Estado social, hacia la determinación de un Estado que se constituye con el desarrollo en base de la privatización de los servicios en términos hacia la digitalización, así como la falta de determinación del uso del dominio de su presencia digital.

Determinando que la iniciativa privada es un intermediario entre los usuarios de las páginas o plataformas electrónicas o digitales de los Estados, sin tener una situación determinada de las consecuencias u obligaciones en falta de algún error por la inconsistencia de estas.

La telecomunicación, en particular la relativa al uso del internet, es la base a la digitalización, la cual se considera como un servicio público; el Estado no desarrolló, innovó ni vigiló el comportamiento de los medios digitales para aplicarlo y determinarlo como un servicio que lo pueda proporcionar.

Por lo tanto, el sector privado fue quien tuvo que innovar dicho sentido, actuando como intermediario para la conexión de la postura digital de la Administración Pública en la virtualidad.

¹⁶ FERNÁNDEZ RUIZ, Jorge. *Grandes Temas Constitucionales, Derecho administrativo*, Secretaría de Cultura, Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones Mexicanas, México, 2016, Pág. 248.

¹⁷ Artículo 2 “Las telecomunicaciones y la radiodifusión son servicios públicos de interés general” y artículo 9 fracción V “Coordinarse con el Instituto para promover, en el ámbito de sus respectivas atribuciones, el acceso a las tecnologías de la información y comunicación y a los servicios de radiodifusión y telecomunicaciones, incluido el de banda ancha e Internet, en condiciones de competencia efectiva”, Ley Federal de Telecomunicaciones y Radiodifusión, publicado en el *Diario Oficial de la Federación* el 14 de julio de 2014, véase en: https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LFTR_200521.pdf.

5 Conclusión

La concepción de la creación de los servicios públicos tales como el internet, siendo el avance de nuevos paradigmas, ejerce el cambio de política pública hacia la determinación de la redistribución de la riqueza, por lo que la pregunta en cuestión es: ¿Dentro del campo de la digitalización se ejerce un monopolio por parte de las empresas privadas que lo desarrollaron? Este punto se analiza si alcanza el bien común y del interés general para constituir la prestación de un servicio público y la digitalización es una revolución que ha dejado de manifiesto el cambio de la estructura del Estado y de las actividades de la sociedad, cambiando el desarrollo económico del país por una inclusión somera del sector privado dentro de las aéreas prioritarias; por tal razón, podemos entender la crisis de la organización de la prestación de servicios de la Administración Pública, generar la implicación de la potestad hacía en quien recae la administración pública o aquellos que tiene el control del dominio dentro de la digitalización de la construcción de las páginas y plataformas digitales.

Los servicios públicos en México se determina de acuerdo a las necesidades generales, prestadas por medio del Estado, pero dentro de lo conducente al tema de las telecomunicaciones, la tecnología vio rebasada la capacidad de innovación y de estructura del área del internet y de dominio tecnológico,¹⁸ y al Estado le faltó la planificación de este desarrollo, para contar con los recursos que serían necesarios para dicho cambio; debido a la falta de políticas públicas que se concientizaran hacia el progreso de la utilización de la tecnología, se dio la interrelación en México, de la regulación y ordenamiento para la prestación de este servicio.

Determinando que la legitimación del poder del Estado, a través de los lineamientos de ubicación de los dominios, podría ejercer la facilidad de otorgar ese reconocimiento para proceder a regular dicho espacio, en el que aún se determina una neutralidad, sin existir normas que amparen los supuestos jurídicos que deben contener para no llegar a un desorden o caos en la virtualidad.

Referencia

BOBBIO, Norberto. Estado, gobierno y sociedad, por una teoría general de la política, Fondo de cultura económica, México, 1996.

¹⁸ Se establece el concepto en el artículo 2 fracción XX "las agrupaciones lógicas de TIC denominadas dominios, que conforman la arquitectura tecnológica de la Institución, los cuales podrán ser, entre otros, los grupos de seguridad, cómputo central y distribuido, cómputo de usuario final, telecomunicaciones, colaboración y correo electrónico, internet, intranet y aplicativos de cómputo;" Acuerdo por el que se modifica las políticas y disposiciones para la Estrategia Digital Nacional, en materia de Tecnología de la Información y Comunicación, y en la Seguridad de la Información, así como el Manual Administrativo de Aplicación General en dichas materias, publicado en el *Diario Oficial de la Federación* el 23 de julio de 2018, véase en: https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5532585&fecha=23/07/2018#gsc.tab=0.

CARTA DE DERECHOS DIGITALES. Documento para consulta pública. Véase en: https://portal.mineco.gob.es/RecursosArticulo/mineco/ministerio/participacion_publica/audiencia/ficheros/SEDIACartaDerechosDigitales.pdf.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTICIA (CIJ), *Affaire Nottebohm (Liechtenstein v. Guatemala)*, Deuxième phase: arrêt, Recueil, 1955.

EL RECONOCIMIENTO DE LOS DERECHOS Y EL USO DE NOMBRES EN EL SISTEMA DE NOMBRES DE DOMINIO DE INTERNET. Informe del Segundo Proceso de la OMPI relativo a los Nombres de Dominio de Internet <http://wipo2.wipo.int> véase en <https://www.iprsonline.org/bvirtual/colec/ompidominios.pdf>.

FERNÁNDEZ RUIZ, Jorge. *Grandes Temas Constitucionales, Derecho administrativo*, Secretaría de Cultura, Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones Mexicanas, México, 2016.

FERRAJOLI, Luigi. *La sovranità nel mondo moderno*, Milán, Anabasi, 1995.

GOMEZ-RODRIGUEZ, J., SANDOVAL-ARÉCHIGA, R., IBARRA-DELGADO, S. y FLORES-TRONCOSO, J. «IpV6 El Tiempo Ha Llegado». *Difu100ci@*, Revista De difusión científica, ingeniería Y tecnologías, Vol. 10, n. 2, diciembre de 2016, <http://difu100cia.uaz.edu.mx/index.php/difuciencia/articulo/view/57>.

MÉXICO. Acuerdo por el que se modifica las políticas y disposiciones para la Estrategia Digital Nacional, en materia de Tecnología de la Información y Comunicación, y en la Seguridad de la Información, así como el Manual Administrativo de Aplicación General en dichas materias, publicado en el Diario Oficial de la Federación el 23 de julio de 2018, véase en: https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5532585&fecha=23/07/2018#gsc.tab=0.

MÉXICO. Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos publicada en el Diario Oficial de la Federación el 05 de febrero de 1917, véase en <https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/CPEUM.pdf>.

MÉXICO. Ley Federal de Telecomunicaciones y Radiodifusión, publicado en el Diario Oficial de la Federación el 14 de julio de 2014, véase en: https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LFTR_200521.pdf.

NETWORK INFORMATION CENTER. Nic. Com véase en <https://nic.com/>.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convención Americana sobre Derechos Humanos “Pacto de San José de Costa Rica”, 22 Noviembre 1969, disponible en esta dirección: <https://www.refworld.org/es/docid/57f767ff14.html>.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Diccionario de la lengua española, 23 a. ed, véase en <https://www.rae.es/dpd/web>.

REGISTRO DE DIRECCIONES DE INTERNET PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE (Lacnic), Uruguay 2002, recursos numeración de Internet (IPv4, IPv6). Número Autónomos y Resoluciones Inversa, véase en <https://www.lacnic.net/>.

REGLAMENTO (UE) 2016/679 DEL PARLAMENTO EUROPEO Y DEL CONSEJO de 27 de abril de 2016, relativo a la protección de las personas físicas en lo que respecta al tratamiento de datos personales y a la libre circulación de estos datos y por el que se deroga la Directiva 95/46/CE (Reglamento general de protección de datos) (Texto pertinente a efectos del EEE) publicado en Diario Oficial de la Unión Europea.

TÉLLEZ VALDÉS, Julio A. *Lex Cloud Computing*, México, UNAM, 2013.

VALLS HERNÁNDEZ, Sergio y MATUTE GONZÁLEZ, Carlos. Nuevo Derecho Administrativo, Porrúa, México, 2020.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANMIGUEL, Nancy Nelly González. La construcción de los derechos digitales bajo el régimen de la soberanía del Estado digital. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 3, n. 3, p. 85-99, set./dez. 2022. DOI: 10.47975/digital.law.vol.3.n.3.sanmiguel.

Sobre a Revista

IJDL – INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW

Objetivo

O International Journal of Digital Law é um periódico científico eletrônico de acesso aberto e periodicidade quadrimestral promovido pelo **Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano (NUPED)**, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

O Conselho Editorial é composto por renomados professores vinculados a instituições de ensino superior do Brasil, Argentina, Austrália, Colômbia, Espanha, Egito, França, Holanda e Índia. A linha editorial segue o eixo das atividades de pesquisa do NUPED, um grupo inscrito no diretório do CNPq e filiado à **Rede de Pesquisa em Direito Administrativo Social (REDAS)**. Seu enfoque é o estudo crítico das instituições jurídico-políticas típicas do Estado de Direito, notadamente as voltadas à inovação e ao desenvolvimento humano por intermédio da revolução digital.

Linha Editorial

A linha editorial segue o eixo de concentração do **NUPED – PPGD/PUCPR** intitulada “**Direito Econômico e Desenvolvimento**”. Por sua vez, a área congrega duas importantes linhas de pesquisa: 1. **Estado, Economia e Desenvolvimento** e 2. **Direitos Sociais, Globalização e Desenvolvimento**. A revista dará destaque a este marco teórico. Entretanto, transversalmente ao tema da economia, do desenvolvimento, da globalização e dos direitos sociais, as palavras-chave que melhor definem o escopo da revista implicam a tratativa de temas como: acesso à informação, *big data*, *blockchain*, cidades inteligentes, contratos inteligentes, *crowdsourcing*, cibercrimes, democracia digital, direito à privacidade, direitos fundamentais, *e-business*, economia digital, educação digital, eficiência administrativa, *e-government*, *fake news*, *gig economy*, globalização, inclusão digital, infraestrutura, inovação, inteligência artificial, interesse público, internet, internet das coisas, jurimetria, *lawfare*, novas tecnologias, perfilamento digital, pesquisa em multimeios, processo administrativo eletrônico, proteção de dados, regulação administrativa, regulação econômica, risco, serviços públicos, sistemas de informação, sociedade da informação, transparência governamental e telecomunicações.

Double blind peer review

A publicação dos artigos submete-se ao procedimento *double blind peer review*. Os trabalhos são remetidos sem identificação de autoria a dois pareceristas *ad hoc* portadores de título de doutor, todos eles exógenos à instituição promotora da revista (PUCPR). Os pareceristas são, portanto, sempre pesquisadores vinculados a renomadas instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras.

Cobertura temática (classificação do CNPq)

GRANDE: Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7)/Área: Direito (6.01.00.00-1)/
Subárea: Direitos Especiais (6.01.04.00-7)

GRANDE: Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7)/Área: Ciência da Informação
(6.07.00.00-9)/Subárea: Teoria da Informação (6.07.01.00-5)

GRANDE: Ciências Exatas e da Terra (1.00.00.00-3)/Área: Ciência da Computação
1.03.00.00-7/Subárea: Sistemas de Computação (1.03.04.00-2)

Diretrizes para Autores

1. Submissão de artigos

As propostas de artigos para publicação na *International Journal of Digital Law* deverão ser enviadas através do sistema eletrônico de submissões (gratuitamente), por meio de cadastro no Sistema Eletrônico e acesso mediante login e senha a ser realizado no [site](#). Não serão aceitas propostas enviadas por e-mail. A revista reserva-se o direito de aceitar ou rejeitar qualquer original recebido, de acordo com as recomendações do seu corpo editorial, inclusive por inadequação da temática do artigo ao perfil editorial da revista, como também o direito de propor eventuais alterações.

2. Qualificação dos autores

Ao menos um dos autores do artigo deverá possuir o título de Doutor (Dr.), Doctor of Juridical Science (J.S.D. ou S.J.D.), Doctor juris (Dr. iur. ou Dr. jur.), Doctor of Philosophy (Ph.D.) ou Legum Doctor (LL.D.). A exigência poderá ser relativizada, nunca extrapolando o percentual de 30% por edição, em casos excepcionais de: (i) artigos de autores afiliados a instituições estrangeiras; (ii) artigos escritos em inglês.

3. Ineditismo e exclusividade

Os textos para publicação na *International Journal of Digital Law* deverão ser inéditos e para publicação exclusiva, salvo no caso de artigos em língua estrangeira que tenham sido publicados fora do país. Uma vez publicados nesta revista, também poderão sê-lo em livros e coletâneas, desde que citada a publicação original. Roga-se aos autores o compromisso de não publicação em outras revistas e periódicos, bem como de que as propostas de artigo não se encontrem postulados de forma simultânea em outras revistas ou órgãos editoriais.

4. Idiomas

Podem ser submetidos artigos redigidos em Português, Espanhol ou Inglês.

5. Cadastro dos metadados no sistema eletrônico de submissões

5.1. No momento da submissão do artigo no sistema eletrônico, os campos dos metadados deverão ser preenchidos obrigatoriamente de acordo com estas diretrizes, sob pena de rejeição liminar da submissão.

5.2. Autores

5.2.1. Nome/Nome do Meio/Sobrenome: indicação do nome completo do(s) autor(es) apenas com as iniciais de cada nome em caixa alta. Em caso de artigos em coautoria, os nomes de todos os coautores devem ser inseridos no sistema na ordem que deverá constar no momento da publicação.

5.2.2. E-mail: indicação do e-mail do(s) autor(es) para contato, que será obrigatoriamente divulgado na versão publicada do artigo.

5.2.3. ORCID iD: indicação do número de identificação ORCID (para maiores informações [clique aqui](#)). O identificador ORCID pode ser obtido no [registro ORCID](#). Você deve aceitar os padrões para apresentação de iD ORCID e incluir a URL completa; por exemplo: <https://orcid.org/0000-0003-1781-1726>.

5.2.4. URL: link para o currículo completo do autor. No caso de autores brasileiros, deve ser indicado o link para o Currículo Lattes.

5.2.5. Instituição/Afiliação: indicação da sua principal afiliação institucional ou das duas principais, caso o vínculo com ambas possua a mesma importância (instituição à qual encontra-se vinculado como docente ou discente, ou, caso não seja docente ou discente, a instituição onde foi obtido o seu maior título acadêmico, como doutorado, mestrado, especialização etc.). O nome da instituição deverá constar por extenso e na língua original da instituição (ou em inglês quando a escrita não for latina), seguida da indicação do país de origem da instituição entre parênteses. Caso o autor seja docente e esteja cursando mestrado ou doutorado em outra instituição, a afiliação principal será a da instituição na qual o autor figura como mestrando ou doutorando.

5.2.6. País: indicação do país da principal afiliação institucional do autor.

5.2.7. Resumo da biografia: indicação do mini currículo, iniciando com a indicação da instituição onde figura como docente, seguida de cidade, sigla do Estado e país entre parênteses, indicação das titulações acadêmicas (começando pela mais elevada), outros vínculos com associações científicas, profissão etc.

5.3. Título e Resumo

5.3.1. Título: título no idioma do artigo, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula.

5.3.2. Resumo: resumo no idioma do artigo, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras.

5.4. Indexação

5.4.1. Palavras-chave: indicação de 5 palavras-chave no idioma do artigo (em letras minúsculas e separadas por ponto vírgula).

5.4.2. Idioma: indicar a sigla correspondente ao idioma do artigo (Português=pt; English=en; Español=es).

5.5. Contribuidores e Agências de fomento: os artigos resultantes de projetos de pesquisa financiados deverão indicar neste campo a fonte de financiamento.

5.6. Referências: inserir a lista completa de referências citadas no artigo, dando um espaço entre cada uma delas.

6. Apresentação do texto e elementos pré-textuais

6.1. Recomenda-se que o trabalho tenha entre 15 e 30 páginas (tamanho A4 – 21 cm x 29,7 cm), compreendendo a introdução, desenvolvimento, conclusão (não necessariamente com esses títulos) e uma lista de referências bibliográficas.

6.2. As margens utilizadas deverão ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.

6.3. No corpo do texto deverá ser utilizada Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5 cm e espaçamento de 0 pt (pontos) antes e depois dos parágrafos.

6.4. Nas notas de rodapé deverá ser utilizada Fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples entre linhas.

6.5. No desenvolvimento do texto, os parágrafos deverão conter recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda. Títulos e subtítulos deverão estar alinhados à margem esquerda, sem recuo.

6.6. A estruturação deverá observar a exposta neste item 6.6.

6.6.1. Título no idioma do artigo, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula e em itálico, centralizado.

6.6.2. Nos casos de necessidade de indicar informações a respeito do artigo (financiamento por agências de fomento, agradecimentos, tradutores do texto etc.), deverá ser inserida uma nota de rodapé com um asterisco (e não com número) situada à direita do título no idioma do artigo.

6.6.3. Título em inglês, com apenas a primeira letra da sentença em maiúscula, em itálico e centralizado. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelo título em português.

6.6.4. O artigo não deve incluir os nomes do(s) autor(es). As informações, para fins de publicação, serão retiradas dos metadados inseridos pelo(s) autor(es) no sistema eletrônico da revista no momento da submissão.

6.6.5. Resumo no idioma do artigo (fonte Times New Roman 12, espaçamento entre linhas simples, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras), antecedido da palavra “Resumo” escrita no idioma do artigo.

6.6.6. Indicação de 6 palavras-chave no idioma do artigo (em letras minúsculas e separadas por ponto vírgula), antecidas da expressão “Palavras-chave” redigida no idioma do artigo.

6.6.7. Resumo em inglês (Fonte Times New Roman 12, espaçamento entre linhas simples, sem parágrafo ou citações e referências, com até 200 palavras), antecedido da palavra “Abstract”. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelo resumo em português.

6.6.8. Indicação de seis palavras-chave em inglês (em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula), antecidas da expressão “Keywords”. No caso de artigos redigidos em inglês, este elemento deverá ser substituído pelas palavras-chave em português.

6.6.9. Sumário com a identificação dos títulos das seções e das subseções, com numeração progressiva, separados por ponto vírgula, sequencialmente e em parágrafo único.

6.6.10. Desenvolvimento do trabalho científico: a numeração progressiva, em números arábicos, deve ser utilizada para evidenciar a sistematização do conteúdo do trabalho.

6.6.11. Lista das referências bibliográficas efetivamente utilizadas no artigo, ao final do trabalho, separadas por um espaço simples, alinhadas à margem esquerda (sem recuo).

6.6.12. Aplicam-se, para os demais aspectos de formatação, as normas técnicas brasileiras (ABNT NBR 10520:2002 e 14724:2011).

6.6.13. No caso de artigos com 4 ou mais autores, é necessário incluir uma nota de rodapé indicando qual foi a contribuição de cada um.

6.7. Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico, ficando vedada a utilização de negrito, sublinhado ou caixa alta para fins de dar destaque ao texto.

6.8. Figuras e tabelas devem estar inseridas no texto, e não no final do documento na forma de anexos.

7. Metodologia científica

7.1. As referências dos livros, capítulos de obras coletivas, artigos, teses, dissertações e monografias de conclusão de curso de autores citados ou utilizados como base

para a redação do texto devem constar em nota de rodapé, com todas as informações do texto, em observância às normas técnicas brasileiras (ABNT NBR 6023:2018), e, especialmente, com a indicação da página da qual se tirou a informação apresentada no texto logo após a referência.

7.1.1. O destaque dado ao título dos livros (ou revistas) citados deverá constar em itálico, ficando vedada a utilização de negrito.

7.1.2. Os artigos redigidos com citação no formato AUTOR-DATA não serão aceitos para publicação, somente o sistema de chamadas numérico exposto nas notas de rodapé.

7.1.3. As referências deverão constar da seguinte forma:

7.1.3.1. Livros:

SOBRENOME, Nome. *Título da obra em itálico*: subtítulo sem itálico. número da edição. Cidade: Editora, ano.

Exemplo:

KEEN, Andrew. *Vertigem digital*: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Trad. Alexandre Martins, Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 254p.

7.1.3.2. Capítulos de livros coletivos:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo sem itálico. In: SOBRENOME DO 1º ORGANIZADOR, Nome do organizador; SOBRENOME DO 2º ORGANIZADOR, Nome do 2º organizador e assim sucessivamente, separados por ponto vírgula (Org. ou Coord.). *Título da obra ou coletânea em itálico*: subtítulo sem itálico. número da edição. Cidade: Editora, ano. página inicial-página final [antecedidas de “p.”].

Exemplo:

DOTTA, Alexandre Godoy. Derechos de la Población LGBT+ en Brasil: Vulnerabilidad Social entre Avances y Retrocesos. In: BRAVO, Álvaro Sánches; CASIMIRO, Ligia Melo de; GABARDO, Emerson. (Org.). *Estado Social Y Derechos Fundamentales en Tiempos de Retroceso*. Sevilha: Ponto Rojo, 2019. p. 203-228.

7.1.3.3. Artigos em revistas:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo sem itálico. *Título da Revista em itálico*, cidade, volume, número, página inicial-página final [antecedidas de “p.”], meses da publicação [abreviados com as três primeiras letras do mês seguidas de ponto e separados por barra]. ano.

Exemplo:

GABARDO, Emerson; SAIKALI, Lucas Bossoni. A prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário em razão de atos de improbidade administrativa. *Revista Jurídica – Unicuritiba*, Curitiba, v. 1, p. 514-543, 2018.

7.1.3.4. Teses de Titularidade, Livre-Docência, Doutorado, Dissertações de Mestrado, Monografias de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação:

SOBRENOME, Nome. *Título do trabalho em itálico*: subtítulo sem itálico. Cidade, ano. número de folhas seguido de “f”. Modalidade do trabalho (Grau obtido com a defesa) – Órgão perante o qual o trabalho foi defendido, Nome da instituição.

Exemplo:

SANTOS, Fábio de Sousa. *Análise Comparada da Competição na Contratação Pública Brasileira e Estadunidense*. Curitiba, 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2018.

7.1.3.5 DOI – Digital object identifier: Caso o documento consultado na pesquisa tenha o número de DOI recomenda-se a inclusão, de modo complementar, do número após o término de cada referência.

Exemplo:

DOTTA, Alexandre Godoy. Public policies for the assessment of quality of the Brazilian higher education system. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 3, p. 53-69, 2016. DOI. [10.5380/rinc.v3i3.49033](https://doi.org/10.5380/rinc.v3i3.49033).

7.1.3.6. Documentos em meio eletrônico: Documentos extraídos do meio eletrônico deverão apresentar após o término de cada referência o local da rede onde foi encontrado e apresentado da seguinte maneira.

Exemplo:

IJDL. *International Journal of Digital Law. Regras para a submissão de artigos*. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/about/submissions>. Acesso em: 12 fev. 2020.

7.1.4. Os elementos das referências devem observar o seguinte padrão:

7.1.4.1. Autor: SOBRENOME em maiúsculas, vírgula, Nome com as iniciais em maiúsculas, seguido de ponto final.

7.1.4.2. Edição: deve ser incluída a informação somente a partir da segunda edição, sem ordinal, seguido de ponto e “ed.”. Exemplo: 2. ed.

7.1.4.3. Ano: grafado com algarismos arábicos, sem ponto no milhar, antecedido de vírgula e seguido de ponto.

7.1.5. Nos casos em que for absolutamente impossível obter alguma das informações acima, a ausência deverá ser suprida da seguinte forma:

7.1.5.1. Ausência de cidade: substituir por [S.I.].

7.1.5.2. Ausência de editora: substituir por [s.n.].

7.1.5.3. Ausência de ano: indicar entre colchetes o ano aproximado, seguido de ponto de interrogação. Exemplo: [1998?].

7.2. As citações (palavras, expressões, períodos) deverão ser cuidadosamente conferidas aos textos originais.

7.2.1. Citações diretas devem seguir o seguinte padrão de registro: transcrição com até quatro linhas devem constar do corpo do texto, com letra e espaçamento normais, e estar entre aspas.

7.2.2. Recomenda-se fortemente que citações textuais longas (mais de quatro linhas) não sejam utilizadas. Entretanto, se imprescindíveis, deverão constituir um parágrafo independente, com recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda (alinhamento justificado), utilizando-se espaçamento entre linhas simples e tamanho da fonte 10. Neste caso, aspas não devem ser utilizadas.

7.2.3. Fica vedado o uso do op. cit., loc. cit., ibidem e idem nas notas bibliográficas, que deverão ser substituídas pela referência completa, por extenso.

7.2.4. Para menção de autores no corpo do texto, fica vedada sua utilização em caixa alta (ex.: para Nome SOBRENOME...). Nestes casos todas as menções devem ser feitas apenas com a primeira letra maiúscula (ex.: para Nome Sobrenome...).

8. Redação

8.1. Os textos devem ser revisados, além de terem sua linguagem adequada a uma publicação editorial científica.

8.2. No caso de artigos redigidos na língua portuguesa, a escrita deve obedecer às regras ortográficas em vigor desde a promulgação do ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, a partir de 1º de janeiro de 2009.

8.3. As citações de textos anteriores ao ACORDO devem respeitar a ortografia original.

9. Artigos resultantes de pesquisas financiadas

Os artigos resultantes de projetos de pesquisa financiados deverão indicar em nota de rodapé, situada ao final do título do artigo no idioma do texto, a informação relativa ao financiamento da pesquisa.

10. Declaração de direitos autorais

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

10.1. Não serão devidos direitos autorais ou qualquer outra remuneração pela publicação dos trabalhos.

10.2. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à *IJD* o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista. Ainda, em virtude de aparecerem nesta revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, com aplicações educacionais e não comerciais.

10.3. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (ver [O Efeito do Acesso Livre](#)).

11. Responsabilidade dos autores

11.1. Autores são responsáveis pelo conteúdo publicado, comprometendo-se, assim, a participar ativamente da discussão dos resultados de sua pesquisa científica, bem como do processo de revisão e aprovação da versão final do trabalho.

11.2. Autores são responsáveis pela condução, resultados e validade de toda investigação científica.

11.3. Autores devem noticiar a revista sobre qualquer conflito de interesse.

11.4. As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

11.5. Ao submeter o artigo, o autor atesta que todas as afirmações contidas no manuscrito são verdadeiras ou baseadas em pesquisa com razoável exatidão.

12. Conflito de interesses

A confiabilidade pública no processo de revisão por pares e a credibilidade de artigos publicados dependem em parte de como os conflitos de interesses são administrados durante a redação, revisão por pares e tomada de decisões pelos editores.

12.1. É obrigatório que o autor do manuscrito declare a existência ou não de conflitos de interesse. Mesmo julgando não haver conflitos de interesse, o autor deve declarar essa informação no ato de submissão do artigo, marcando esse campo específico.

12.2. Conflitos de interesses podem surgir quando autores, pareceristas ou editores possuem interesses que, aparentes ou não, podem influenciar a elaboração ou avaliação

de manuscritos. O conflito de interesses pode ser de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira.

12.3. Quando os autores submetem um manuscrito, eles são responsáveis por reconhecer e revelar conflitos financeiros ou de outra natureza que possam ter influenciado seu trabalho.

12.4. Os autores devem reconhecer no manuscrito todo o apoio financeiro para o trabalho e outras conexões financeiras ou pessoais com relação à pesquisa. As contribuições de pessoas que são mencionadas nos agradecimentos por sua assistência na pesquisa devem ser descritas, e seu consentimento para publicação deve ser documentado.

12.5. Manuscritos não serão rejeitados simplesmente por haver um conflito de interesses, mas deverá ser feita uma declaração de que há ou não conflito de interesses.

12.6. Os pareceristas devem, igualmente, revelar aos editores quaisquer conflitos de interesse que poderiam influir em suas opiniões sobre o manuscrito, e devem declarar-se não qualificados para revisar originais específicos se acreditarem que esse procedimento é apropriado. Assim como no caso dos autores, se houver silêncio por parte dos pareceristas sobre conflitos potenciais, isso significará que os conflitos não existem.

12.7. No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos pareceristas, o Conselho Editorial encaminhará o manuscrito a outro parecerista *ad hoc*.

12.8. Se os autores não tiverem certeza do que pode constituir um potencial conflito de interesses, devem contatar o Coordenador Editorial da Revista.

12.9. Para os casos em que editores ou algum outro membro publiquem com frequência na Revista, não serão atribuídos tratamentos especiais ou diferenciados. Todos os artigos submetidos serão avaliados através do procedimento *double blind peer review*.

13. Outras informações

13.1. Os trabalhos serão selecionados pelo Coordenador Editorial e pelo Conselho Editorial da Revista, que entrarão em contato com os respectivos autores para confirmar o recebimento dos textos, e em seguida os remeterão para análise de dois pareceristas do Conselho de Pareceristas.

13.2. Os originais recebidos e não publicados não serão devolvidos.

13.3. Asseguram-se aos autores o direito de recurso das decisões editoriais.

13.3.1. Serão concedidos 5 (cinco) dias, contados da data da decisão final do Conselho Editorial.

13.3.2. O arrazoado escrito deverá ser enviado para o e-mail: journal@nuped.com.br.

13.3.3. O recurso será analisado pelo Conselho Editorial no prazo de 30 (trinta) dias.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita (salvo em caso de artigos em língua estrangeira publicados no exterior), e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.

4. O texto possui entre 15 e 30 páginas (tamanho A4 – 21 cm x 29,7 cm), compreendendo a introdução, desenvolvimento, conclusão (não necessariamente com esses títulos) e uma lista de referências bibliográficas; as margens utilizadas são: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm; no corpo do texto utilizou-se Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5, e espaçamento de 0 pt antes e depois dos parágrafos; nas notas de rodapé utilizou-se Fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples entre linhas; no desenvolvimento do texto, os parágrafos contêm recuo de 1,5 cm em relação à margem esquerda; títulos e subtítulos estão alinhados à margem esquerda, sem recuo; as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na [página para submissão](#).
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.
7. O autor declara que, com exceção das citações diretas e indiretas claramente indicadas e referenciadas, este artigo é de sua autoria e, portanto, não contém plágio. Declara, ainda, que está ciente das implicações legais que a utilização de material de terceiros acarreta.
8. O autor declara que participou suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo e que todas as afirmações contidas no manuscrito são verdadeiras ou baseadas em pesquisa com razoável exatidão.
9. O autor concorda com a política de responsabilidade estabelecida no item 10. Responsabilidade dos autores das [Diretrizes para Autores](#).

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Este periódico tem um compromisso com a ética e a qualidade das publicações, seguindo padrões internacionais de publicação científica. Defendemos um comportamento ético de todas as partes envolvidas na publicação em nosso periódico: autores, editor, pareceristas, Equipe Editorial e a Editora. Não aceitamos plágio ou qualquer outro comportamento antiético. Para isso, são seguidas as diretrizes do [2nd World Conference on Research Integrity](#), Singapore, July 22-24, 2010.

Deveres do Editor

- **Decisão de publicação:** o editor é responsável por decidir quais artigos submetidos à revista devem ser publicados. O editor é guiado pelas políticas decididas pelo Conselho Editorial. Essas políticas devem obedecer às exigências legais em vigor sobre difamação, violação de direitos autorais e plágio. Para tomada de decisões o editor pode consultar o Conselho Editorial e os pareceristas.
- **Transparência e respeito:** o editor deve avaliar os manuscritos submetidos sem levar em conta a raça, sexo, a orientação sexual, a crença religiosa, a origem étnica, a nacionalidade ou a filosofia política dos autores.

- **Confidencialidade:** o editor e demais membros da equipe editorial não devem divulgar qualquer informação sobre um manuscrito submetido, a não ser aos pareceristas e os conselheiros editoriais.
- **Divulgação e conflitos de interesse:** O editor não deve utilizar materiais inéditos divulgados em um manuscrito submetido em pesquisas próprias sem o consentimento expresso e por escrito do autor. O editor deve recusar avaliar os manuscritos em que tenha conflitos de interesse por questões competitivas, colaborativas ou outros relacionamentos ou ligações com qualquer um dos autores, empresas ou (possivelmente) instituições ligadas aos manuscritos.
- **Envolvimento e cooperação em investigações:** o editor deve tomar medidas necessárias cabíveis quando foram apresentadas reclamações éticas a respeito de um manuscrito submetido ou artigo publicado.

Deveres dos Pareceristas

- **Contribuição para as decisões editoriais:** a revisão dos pareceristas auxilia o editor na tomada de decisões editoriais e por meio das comunicações com o autor também pode auxiliar o mesmo na melhora do artigo.
- **Pontualidade:** qualquer avaliador de artigo que não se sinta qualificado para analisar o artigo ou sabe que a sua imediata leitura será impossível deve notificar imediatamente o editor.
- **Confidencialidade:** os trabalhos recebidos para análise devem ser tratados como documentos confidenciais. Eles não devem ser mostrados ou discutidos com os outros.
- **Padrões de objetividade:** os pareceres devem ser conduzidos de forma objetiva. Os pareceristas devem expressar seus pontos de vista de maneira clara e apoiados em argumentos.
- **Sobre as fontes:** os pareceristas devem identificar trabalhos publicados relevantes que não foram citados pelos autores. O parecerista deve chamar a atenção do editor sobre qualquer semelhança substancial ou sobreposição entre o manuscrito em questão e qualquer outro *artigo* publicado de que tenha conhecimento pessoal.
- **Divulgação e conflito de interesses:** informações privilegiadas ou ideias obtidas pelo parecerista por meio da leitura dos manuscritos devem ser mantidas em sigilo e não devem utilizadas para proveito pessoal. O parecerista não deve avaliar manuscritos em que tenha conflitos de interesse por questões competitivas, colaborativas ou outros relacionamentos ou ligações com qualquer um dos autores, empresas ou instituições ligadas aos manuscritos.

Deveres dos Autores

- **Normas gerais:** os autores de trabalhos que se referem a pesquisas originais devem apresentar um relato preciso do trabalho realizado, bem como uma discussão objetiva sobre o seu significado. Dados complementares devem ser representados com precisão no artigo. O documento deve conter detalhes suficientes e referências que permitam que outros possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas constituem um comportamento antiético e são inaceitáveis.

- **Originalidade e plágio:** os autores devem garantir que as obras são inteiramente originais e se eles utilizam o trabalho e/ou textos dos outros que isso seja devidamente citado. Plágio em todas as suas formas constitui um comportamento editorial antiético e é inaceitável.
- **Publicação múltipla ou redundante:** um autor não deve publicar manuscritos que descrevam essencialmente a mesma pesquisa em mais de um periódico. Publicar o mesmo artigo em mais de um periódico sem informar os editores e obter seu consentimento constitui um comportamento editorial antiético e é inaceitável.
- **Sobre as fontes:** o trabalho de outros autores deve sempre ser reconhecido. Os autores devem citar as publicações que foram importantes na determinação da natureza do trabalho relatado. As informações obtidas em particular, como em uma conversa, correspondência, ou discussão com terceiros, não devem ser utilizadas ou relatadas sem a permissão explícita por escrito da fonte. As informações obtidas por meio de serviços confidenciais, tais como arbitragem manuscritos ou pedidos de bolsas, não devem ser utilizadas sem a permissão explícita por escrito do autor do trabalho envolvido nestes serviços.
- **Autoria:** a autoria do trabalho deve ser restrita àqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, projeto, execução ou interpretação do estudo relatado. Todos aqueles que fizeram contribuições significativas devem ser listados como coautores. Pessoas que participaram em certos aspectos do projeto de pesquisa devem ser listadas como colaboradores. O autor principal deve garantir que todos os coautores apropriados estejam incluídos no artigo. O autor principal também deve certificar-se que todos os coautores viram e aprovaram a versão final do manuscrito e que concordaram com sua submissão para publicação.
- **Divulgação e conflitos de interesses:** todos os autores devem divulgar no manuscrito qualquer conflito financeiro ou de outra natureza que possa influenciar os resultados ou a interpretação de seu manuscrito. Todas as fontes de apoio financeiro para o projeto devem ser divulgadas.
- **Erros fundamentais em trabalhos publicados:** quando um autor descobre um erro significativo ou imprecisão em seu trabalho publicado é obrigação do autor informar imediatamente o editor da revista ou a Editoria de Periódicos e cooperar com o editor para corrigir o artigo.

Deveres da Editora

Estamos empenhados em garantir que publicidade, reimpressão ou qualquer outra fonte de receita comercial não tenha qualquer impacto ou influência sobre as decisões editoriais.

Nossos artigos são avaliados por pares para garantir a qualidade da publicação científica. Este periódico utiliza o CrossCheck (software antiplágio da CrossRef).

* Esta declaração se baseia nas recomendações da Elsevier e no *Best Practice Guidelines for Journal Editors* do Committee on *Publication Ethics – COPE*.

Author Guidelines

1. Article Submission

Article propositions for publishing on the International Journal of Digital Law must be sent through the electronic submission system (free of cost) and access through login and password. Propositions sent by e-mail will not be accepted. The Journal has the right to accept or reject any originals received, according to its Editorial Board's recommendations, including the inadequacy of the article's theme to the journal's editorial profile, as well as the right to propose modifications.

2. Author Qualification

At least one of the authors must own either a PhD degree or a Doctor of Juridical Science (J.S.D. or S.J.D), Doctor juris (Dr. iur. or Dr. jur.), Doctor of Philosophy (Ph.D.) ou Legum Doctor (LL.D.) degree. This requirement can be relativized, never exceeding 30% of the articles per edition, in exceptional cases of: (i) authors affiliated to foreign institutions; (ii) articles written in English.

3. Originality and exclusivity

Articles for publication in the International Journal of Digital Law must be original and exclusive, except in case of articles written in a foreign language and published outside Brazil. After the publication of the article in this journal, it can also be published in books and compilations, as long as the original publication is mentioned. We ask the authors to commit to not publish the article in other journals or reviews, as well as not to submit it to other journals at the same time.

4. Languages

Articles can be submitted in English, Portuguese, and Spanish.

5. Registration of the metadata in the electronic submission system

5.1. At the time of submission of the article to the electronic system, the metadata fields must be filled in according to these guidelines, under penalty of preliminary rejection of the submission.

5.2. Authors

5.2.1. *First name/Middle name/Last name:* indication of the full name of the author(s) with only the initials of each name in capital letter. In case of articles in co-authorship, the names of all coauthors must be inserted in the system in the order that should appear at the time of publication.

5.2.2. *E-mail:* indication of the e-mail address of the author(s) for contact, which will mandatorily appear in the published version of the article.

5.2.3. *ORCID iD:* indication of the number of the author's ORCID identifier (for further information [click here](#)). The ORCID identifier can be obtained in [ORCID register](#). Authors must have to accept the patterns for presentation of ORCID iD and include the full URL (e.g.: <https://orcid.org/0000-0003-1781-1726>).

5.2.4. *URL:* link to the author's full curriculum. In the case of Brazilian authors, the link to the Lattes Curriculum should be indicated.

5.2.5. Affiliation: indication of the author's main institutional affiliation (or two main affiliations if both of the links with them have the same importance). The main institution is where the author is professor or student, or, in case of not being professor or student anymore, the institution where the authors obtained their major academic title (PhD, J.S.D., LL.M, B.A., etc.). The institution's name must be written in full (not abbreviated) and in the original language of the institution (or in English for non-Latin languages), followed by an indication of the country of origin of the institution between parentheses. If the author is a professor and also a PhD, J.S.D or LL.M candidate in another institution, the main affiliation will be the institution where the author is candidate.

5.2.6. Country: indication of the country of the author's main institutional affiliation.

5.2.7. Bio Statement: indication of the author's abbreviated CV, with the information organized in the following sequence: first, the indication of the institution to which the author is affiliated as a professor; second, between parentheses, the city, state/province (if applicable) and country of the institution; third, indication of academic titles (starting with the highest); fourth, other bonds with scientific associations; fifth, profession; etc.

5.3. Title and Abstract

5.3.1. Title: title in the language of the article, with only the first letter of the sentence in capital letter.

5.3.2. Abstract: abstract in the language of the article, without paragraph or citations and references, with up to 200 words.

5.4. Indexing

5.4.1. Keywords: indication of 5 keywords in the language of the article (in lower case and separated by semicolons).

5.4.2. Language: indicate the acronym corresponding to the language of the article (Português=pt; English=en; Español=es).

5.5. Supporting Agencies: articles resulting from funded research projects should indicate in this field the source of funding.

5.6. References: insert the complete list of references cited in the article, with a space of one line between them.

6. Text Presentation and pre-textual elements

6.1. The article must have between 15 and 30 pages (size A4 – 21 cm × 29,7 cm), including introduction, development and conclusion (not necessarily with these titles) and a bibliographic reference list. The maximum number of pages can be relativized in exceptional cases, decided by the Editorial team.

6.2. Edges (margins) must be: top and left with 3 cm, bottom and right with 2 cm.

6.3. The text must use Font Times New Roman, size 12, line spacing 1.5, and spacing 0 pt before and after paragraphs.

6.4. References must use Font Times New Roman, size 10, simple space between lines.

6.5. In the development of the text, the paragraphs must contain decrease of 1.5 cm from the left margin. Titles and subtitles must be aligned with the left margin without decrease.

6.6. The structure should observe the following order:

6.6.1. Title in the article's language, in bold, centralized, with the first letter of the sentence in capital letter.

6.6.2. In case of indicating information related to the article (financing from sponsoring agencies, acknowledgments, translators, etc.), it is necessary to insert a footnote with an asterisk (not number) on the right side of the title in the article's language.

6.6.3. Title in English, with only the first letter in capital letter, in bold and in italic, centralized. In the case of articles written in English, this element must be substituted by the title in Portuguese.

6.6.4. The article must not include the names of the author(s). The information for publication purposes will be taken from the metadata entered by the author(s) in the journal's electronic system at the time of submission.

6.6.5. Abstract in the article's language (font Times New Roman, 12, simples lines, without paragraph or quotations and references, until 200 words), preceded by the word "Abstract" written in the article's language.

6.6.6. Indication of five keywords in the article's language (in lower case and separated by semicolon), preceded by the expression "Keywords" written in the article's language.

6.6.7. Abstract in English (font Times New Roman, 12, simples lines, without paragraph or quotations and references, up to 200 words), preceded by the word "Abstract". In case of articles written in English, this element must be replaced by the abstract ("*resumo*") in Portuguese.

6.6.8. Indication of five keywords in English (in lower case and separated by semicolon), preceded by the expression "Keywords". In case of articles written in English, this element must be replaced by keywords ("*palavras-chave*") in Portuguese.

6.6.9. Table of contents, indicating the titles of the sections and subsections, with progressive numbering in Arabic numbers.

6.6.10. Development of the scientific article: progressive numbering, in Arabic numbers, must be used to make clear the content's systematization.

6.6.11. Bibliographic references list must bring only sources that were really used, located in the end of the article, separated by a simple space, lined to the left margin (no indent).

6.6.12. For other aspects, apply Brazilian technical norms (ABNT NBR 10520:2002 e 14724:2011).

6.6.13. In the case of articles with 4 or more authors, it is necessary to include a footnote indicating the contribution of each one to the article.

6.7. Highlights must be made only in italics, meaning that bold, underlined or caps lock, cannot be used to highlight.

6.8. Images and boards must be inserted in the text, not in the end in form of attachments.

7. Scientific Methodology

7.1. The references of books, chapters in collective books, articles, theses, dissertations/essays, monographs of quoted authors used as base to write the text must be mentioned as a reference on the footnotes, with all the information about the text, according to the Brazilian technical norms (ABNT NBR 6023:2018 – summarized in the item 7.1.3 below), and especially, indicating the page of which the information written on the text was taken, right after the reference.

7.1.1. Book's title (or journal's title) must be highlighted in italics (bold shall not be used for that purpose).

7.1.2. Articles written in the format AUTHOR-YEAR will not be accepted for publishing.

7.1.3. References shall appear as follows:

7.1.3.1. Books:

LAST NAME, Name Middle Name. *Title of the book in italics*: subtitle not in italics. Number of the edition. City: Publisher, Year.

Example:

KEEN, Andrew. *Vertigem digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando*. Trad. Alexandre Martins, Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 254p.

7.1.3.2. Chapter in a collective book:

LAST NAME, Name Middle Name. Title of the Chapter not in bold. In: ORGANIZER'S LAST NAME, Name Middle Name; 2ND ORGANIZER'S LAST NAME, Name Middle Name, and so on, separated by semicolon (Org. or Coord.). *Title of the book in italics*: subtitle not in italics. Number of the edition. City: Publisher, Year. first page-last page [preceded by "p."].

Example:

DOTTA, Alexandre Godoy. Derechos de la Población LGBT+ en Brasil: Vulnerabilidad Social entre Avances y Retrocesos. In: BRAVO, Álvaro Sanches; CASIMIRO, Ligia Melo de; GABARDO, Emerson. (Org.). *Estado Social Y Derechos Fundamentales en Tiempos de Retroceso*. Sevilha: Ponto Rojo, 2019. p. 203-228.

7.1.3.3. Articles in journals:

LAST NAME, Name Middle Name. Title of the article not in bold. *Title of the journal in italics*, city, volume, number, first page-last page [preceded by "p."], months of publishing [abbreviated with the first three letters of the month followed by dot and separated by a slash]. Year.

Example:

GABARDO, Emerson; SAIKALI, Lucas Bossoni. A prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário em razão de atos de improbidade administrativa. *Revista Jurídica – Unicuritiba*, Curitiba, v. 1, p. 514-543, 2018.

7.1.3.4. Theses of Full Professor contests, Doctoral theses, Master's dissertations/ essays, Undergraduate and Graduate courses monographs:

LAST NAME, Name Middle Name. *Title in italics*: subtitle. City, year. number of pages followed by "f". Kind of the work (Degree obtained with the defense) – Department or Sector, Name of the institution.

Example:

SANTOS, Fábio de Sousa. *Análise Comparada da Competição na Contratação Pública Brasileira e Estadunidense*. Curitiba, 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2018.

7.1.3.5. DOI – Digital object identifier: If the document consulted in the research has the DOI number, it is recommended to include, in a complementary way, the number after the end of each reference. Example:

DOTTA, Alexandre Godoy. Public policies for the assessment of quality of the Brazilian higher education system. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 3, p. 53-69, 2016. DOI. [10.5380/rinc.v3i3.49033](https://doi.org/10.5380/rinc.v3i3.49033).

7.1.3.6. Documents in electronic media: Documents extracted from electronic media must present after the end of each reference the location of the network where it was found and presented as follows. Example:

DIJDL. International Journal of Digital Law. *Regras para a submissão de artigos*. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/about/submissions>. Acesso em: 12 fev. 2020.

7.1.4. The elements of references must observe the following model:

7.1.4.1. Author: LAST NAME in capital letters, comma, Name with the initials in capital letters, Middle Name with the initials in capital letters, followed by a dot.

7.1.4.2. Edition: the information must only be included after the second edition of the book, without ordinal, followed by a dot and “ed.”. Example: 2. ed.

7.1.4.3. Year: it must be written with Arabic numerals, without dot in thousand, preceded by comma, and followed by a dot. Example: 1997.

7.1.5. In case of being impossible to find one of those elements, the absence must be resolved in the following manner:

7.1.5.1. Absence of city: replace for [S.I.].

7.1.5.2. Absence of publisher: replace for [s.n.].

7.1.5.3. Absence of year: the approximated year must be indicated between brackets, followed by a question mark. Example: [1998?].

7.2. The quotations (words, expressions, sentences) must be carefully reviewed by the authors and/or translators.

7.2.1. The direct quotations must follow this pattern: transcription until four lines should fit in the text body, with normal letter, normal spacing and quotation marks.

7.2.2. It is strongly recommended that long textual quotations (more than four lines) are not used. However, if indispensable, they shall constitute an independent paragraph, with 1,5 cm of decrease related to the left margin (justified alignment), with simple lines and font 10. In that situation, quotation marks must not be used.

7.2.3. It is forbidden the use of “op. cit.”, “loc. cit.”, “ibidem” and “idem” in the footnotes. The references in footnote must be complete and written out.

7.2.4. For the mention of authors in the text body, it is forbidden the use of capital letters (e.g. for Name LAST NAME...). In this case all mentions shall be written only with the first letter in capital letter (ex.: for Name Last Name...).

8. Composition

8.1. Apart from having an adequate scientific language for an editorial publication, the text must be reviewed.

8.2. In the case of articles written in Portuguese, the writing must obey the new orthographic rules in force since the promulgation of the Portuguese Language Orthographic Agreement, from January 1st, 2009.

8.3. Citations of texts that precede the Agreement must respect the original spelling.

9. Articles resulted from funded researches

Articles resulted from funded research projects shall indicate in a footnote, located at the end of the article title in the original language, the information related to the research financing.

10. Copyright statement

Authors who publish in this Journal have to agree to the following terms:

10.1. No copyright or any other remuneration for the publication of papers will be due.

10.2. Authors retain copyright and grant the International Journal of Digital Law the right of first publication with the article simultaneously licensed under the [Creative Commons Attribution License](#), which allows sharing the work with recognition of its initial publication in this Journal. Moreover, because of their appearance in this open access Journal, articles are free to use, with proper attribution, in educational and non-commercial applications.

10.3. Authors are allowed and encouraged to post their work online (e.g. in institutional repositories or on their personal webpage) at any point before or during the submission process, as it can lead to productive exchanges, as well as increase the impact and citation of published work (see [The Effect of Open Access](#)).

11. Authors responsibilities

11.1. Authors are responsible for the published content, committing therefore to participate actively in the discussion of the results of their scientific research, as well as the review process and approval of the final version of the work.

11.2. Authors are responsible for the conducting all the scientific research, as well as its results and validity.

11.3. Authors should report the Journal about any conflict of interest.

11.4. Authors are fully and exclusively responsible for the opinions expressed in their articles.

11.5. When submitting the articles, authors recognize that all statements contained in the manuscript are true or based on research with reasonable accuracy.

12. Conflict of interest

The public confidence in the double-blind peer review process and the credibility of published articles depend in part on how conflicts of interest are managed during manuscript writing, peer review and decision making by the editors.

12.1. It is mandatory that the author of the manuscript declares the existence or not of conflicts of interest. Even thinking that there are no conflicts of interest, the author must declare this information in the article submission act, marking that field.

12.2. Conflicts of interest may appear when authors, reviewers or editors have interests that, apparently or not, may influence the development or evaluation of manuscripts.

12.3. When authors submit a manuscript, they are responsible for recognizing and revealing financial or other nature conflicts that may have influenced their work.

12.4. Authors must recognize all the financial support for the work and other financial or personal connections related to the research. The contributions of people who are mentioned in the acknowledgments for their assistance in the research must be described, and its consent to publication should be documented.

12.5. Manuscripts will not be simply dismissed because of a conflict of interest. A statement that there is or not a conflict of interest must be made.

12.6. The ad hoc reviewers must also reveal to editors any conflicts of interest that could influence their opinions about the manuscript and must declare themselves unqualified to review specific documents if they believe that this procedure is appropriate. In the

case of the authors, if there is silence from the peer reviewers about potential conflicts, it will mean that conflicts do not exist.

12.7. If a conflict of interest on the part of the peer reviewers is identified, the Editorial Board will send the manuscript to another ad hoc reviewer.

12.8. If the authors are not sure about what might constitute a potential conflict of interest, they should contact the Journal's Editor-in-Chief.

12.9. In cases in which members of the Editorial Team or some other member publish frequently in the Journal, it will not be given any special or different treatment. All submitted papers will be evaluated by double blind peer review procedure.

13. Other information

13.1. The articles will be selected by the Editor-in-Chief and the Editorial Board of the Journal, which will contact the respective authors to confirm the text reception, and then forward them to the two ad hoc reviewers' analysis.

13.2. The received and not published originals will not be given back.

13.3. Authors have the right to appeal of the editorial decisions.

13.3.1. They will be granted five (5) days from the date of the final decision of the Editorial Board to appeal.

13.3.2. The written appeal must be sent to the e-mail: <journal@nuped.com.br>.

13.3.3. The appeal will be examined by the Editorial Board within thirty (30) days

CONDITIONS FOR SUBMISSIONS

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. The contribution is original and unpublished (except in the case of articles in a foreign language published abroad) and it is not being evaluated for publication by another Journal; otherwise, it must be justified in "Comments to the Editor."
2. The submission file is in Microsoft Word, OpenOffice or RTF.
3. URLs for the references have been informed when possible.
4. The text has between 15 and 30 pages (A4 size – 21 cm by 29.7 cm), including the introduction, development, conclusion (not necessarily with these titles) and a list of references; margins used are: left and top of 3 cm and right and bottom of 2 cm; the text is written in Times New Roman format, size 12, line spacing 1.5, and spacing 0 pt. before and after paragraphs; in the footnotes it was used Times New Roman, size 10, 1 pt. spacing; in the text development, paragraphs have an indent of 1.5 cm from the left margin; headings and subheadings are aligned on the left margin; figures and tables are inserted in the text, not in the end of the document as attachments.
5. The text respects the stylistic and bibliographic requirements outlined in the [Author Guidelines](#), on the page About.
6. In case of submission to a section with peer review (e.g.: articles), the instructions available in [Ensuring blind evaluation by peer reviewers](#) have been followed.
7. The author states that, except for the direct and indirect quotations clearly indicated and referenced, the article is of his/her authorship and therefore does not contain plagiarism. And states that he/she is aware of the legal implications of the use of other authors material.

8. The author states that participated in the work enough to make public their responsibility for the content and that all statements contained in the manuscript are true or based on research with reasonable accuracy.
9. The author agrees with the liability policy defined in item 10. Authors responsibilities of the [Author Guidelines](#).

PRIVACY STATEMENT

This journal is committed to ethics and quality in publication, following international patterns of scientific publication. We support standards of expected ethical behavior for all parties involved in publishing in our journal: the author, the journal editor, the peer reviewer and the publisher. We do not accept plagiarism or other unethical behavior. Thus, it follows the guidelines of the [2nd World Conference on Research Integrity](#), Singapore, July 22-24, 2010.

Duties of Editors

- **Publication decision:** The journal's editor is responsible for deciding which of the articles submitted to the journal should be published. The editor is guided by the policies of the journal's editorial board and constrained by such legal requirements as shall then be in force regarding libel, copyright infringement and plagiarism. The editor may consult with editorial board or reviewers in decision making.
- **Fair play:** The editor should evaluate manuscripts for their intellectual content without regard to race, gender, sexual orientation, religious belief, ethnic origin, citizenship, or political philosophy of the authors.
- **Confidentiality:** The editor and any editorial staff must not disclose any information about a submitted manuscript to anyone other than the corresponding author, reviewers, potential reviewers, other editorial advisers, and the publisher, as appropriate.
- **Disclosure and Conflicts of interest:** The editor must not use unpublished information in his/her own research without the express written consent of the author. The editor should recuse him/herself from considering manuscripts in which he/she has conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or (possibly) institutions connected to the papers.
- **Involvement and cooperation in investigations:** The editor should take reasonable responsive measures when ethical complaints have been presented concerning a submitted manuscript or published paper.

Duties of Reviewers

- **Contribution to Editorial Decision:** Peer review assists the editor in making editorial decisions and through the editorial communications with the author may also assist the author in improving the paper.
- **Promptness:** Any selected referee who feels unqualified to review the research reported in a manuscript or knows that its prompt review will be impossible should notify the editor and excuse himself from the review process.
- **Confidentiality:** Any manuscripts received for review must be treated as confidential documents. They must not be shown to or discussed with others.

- **Standards of Objectivity:** Reviews should be conducted objectively and referees should express their views clearly with supporting arguments.
- **Acknowledgement of Source:** Peer reviewers should identify relevant published work that has not been cited by the authors. The peer reviewer should also call to the editor's attention any substantial similarity or overlap between the manuscript under consideration and any other published paper of which they have personal knowledge.
- **Disclosure and Conflicts of Interest:** Privileged information or ideas obtained through peer review must be kept confidential and not used for personal advantage. Reviewers should not consider manuscripts in which they have conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or institutions connected to the papers.

Duties of Authors

- **Reporting standards:** Authors of reports of original research should present an accurate account of the work performed as well as an objective discussion of its significance. Underlying data should be represented accurately in the paper. A paper should contain sufficient detail and references to permit others to replicate the work. Fraudulent or knowingly inaccurate statements constitute unethical behavior and are unacceptable.
- **Originality and Plagiarism:** The authors should ensure that they have written entirely original works, and if the authors have used the work and/or words of others that this has been appropriately cited or quoted. Plagiarism in all its forms constitutes unethical publishing behavior and is unacceptable.
- **Multiple or Redundant Publication:** An author should not in general publish manuscripts describing essentially the same research in more than one journal or primary publication. To publish the same article in different journals without informing the editors and having their agreement constitute unethical publishing behavior and is unacceptable.
- **Acknowledgement of Sources:** Proper acknowledgment of the work of others must always be given. Authors should cite publications that have been influential in determining the nature of the reported work. Information obtained privately, as in conversation, correspondence, or discussion with third parties, must not be used or reported without explicit, written permission from the source. Information obtained in the course of confidential services, such as refereeing manuscripts or grant applications, must not be used without the explicit written permission of the author of the work involved in these services.
- **Authorship of the Paper:** Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged or listed as contributors. The corresponding author should ensure that all appropriate co-authors and no inappropriate co-authors are included on the paper, and that all co-authors have seen and approved the final version of the paper and have agreed to its submission for publication.

- **Disclosure and Conflicts of Interest:** All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.
- **Fundamental errors in published works:** When an author discovers a significant error or inaccuracy in his/her own published work, it is the author's obligation to promptly notify the journal editor or publisher and cooperate with the editor to retract or correct the paper.

Duties of the Publisher

We are committed to ensuring that advertising, reprint or other commercial revenue has no impact or influence on editorial decisions.

Our articles are peer reviewed to ensure the quality of scientific publishing and we are also users of CrossCheck (CrossRef's plagiarism software).

* This statement is based on Elsevier recommendations and COPE's Best Practice Guidelines for Journal Editors.